

Ao tratar da teoria de Levy-Brühl, justifica-se por não o haver incluído entre os sociólogos, dirigindo a crítica em termos comparativos com Tylor e Trazer e seguidamente com Pareto, destacando a originalidade de tratamento dada por este último à participação mística.

Concluindo, alega serem as teorias discutidas já superadas entre os antropólogos, afirmando que a falta de atração que exercem, se prende ao fato de

“a religião ter deixado de ocupar o pensamento do homem na intensidade que o fazia em fins do século passado e princípios deste” (3).

Justifica ainda a impossibilidade de teorias como as de Tylor, Muller ou Durkheim, serem utilizadas nas investigações de campo.

Tratando-se de uma obra que aborda de maneira clara e sucinta, como sugere o título, as mais importantes teorias sobre as religiões primitivas, interessa não somente aos antropólogos e sociólogos, mas também aos estudiosos de história das religiões.

MARIA MARTHA PIMENTEL DE MELLO.



VALDEAVELLANO (Luis Garcia de). — *Curso de Historia de las Instituciones españolas: De los orígenes al final de la Edad Media*, 3a. ed. cor. aum., Madrid, Revista de Occidente, (c. 1973), 1a. ed. 1968, xiv 762 p., 8º (21 x 15,5 cm.).

Valdeavellano é um historiador espanhol de renome internacional. Ensinando em várias Universidades de ciências políticas e económicas de sua pátria, é, sobretudo, um notório medievalista seguidor da escola de Sánchez-Albornoz. Este, continuador de seus mestres do final do século XIX na elaboração historiográfica científica, baseava-se rigorosamente em fontes, e preocupava-se com a precisão filológica e toponímica em seus trabalhos sobre a história das instituições espanholas. Sánchez-Albornoz insistia, sobretudo, em investigar as origens medievais da constituição político-social da Espanha, valorizando os elementos romanos, germânicos e cristãos em detrimento dos judaicos e muçulmanos fato este que lhe valeu algumas polémicas. Em tudo o segue Valdeavellano, de que, dentre as várias obras publicadas, destaca-se esta como exponencial, tendo sido merecedora do “Prêmio Fastenrath” da Real Academia Espanhola. Inclusive, o autor vale-se continuamente da autoridade de seu mestre como apoio às várias afirmações que formula.

(3). — *Id.*, *ibid.*, pág. 161.

O volume, que ora resenhamos, é uma espécie de tratado pelo seu aspecto teorizante e didático, além do abarcamento temporal muito extenso. Em sua feitura, o autor utilizou-se de vasto material recolhido de suas lições de cátedra e de outros trabalhos seus, já publicados.

Logo em nota preliminar afirma-se que, em vista da constituição político-social da Espanha ser, até o surgimento do regime constitucional do século XIX, uma criação da Idade Média, imprimiu-se na presente obra uma indicação de edições das principais fontes, bem como farta bibliografia explicada e comentada, com o fito de auxiliar futuros pesquisadores da História Política e Social da Espanha. Esta parte, que vem logo no início, é notável por seu conteúdo e extensão — 94 páginas! Para os interessados no medievo ibérico, torna-se em mais um motivo de satisfação pela posse deste exemplar da obra de Valdeavellano.

O restante do volume contém: introdução, exposição e índices de matéria e de nomes.

Na introdução, dividida em duas partes, se define História das Instituições políticas e administrativas, situandq-a como um ramo da História do Direito, que adquiriu vida própria; e mais, uma visão historiográfica geral referente ao assunto e pormenorizada quanto à Espanha.

A parte expositiva, composta em quatro livros, acompanha a evolução das instituições político-sociais da Espanha desde os tempos primitivos (I), brevíssimo, apenas para mencionar as tribos pré-romanas, suas formas de vida e estruturas sociais; passando pela Espanha romana (II), onde o autor nos apresenta o processo de romanização; Espanha visigoda (III), assim denominada por suas peculiaridades bem marcantes; e Espanha medieval (IV), parte esta a mais longa e mais detalhada do volume, sendo vista sob dois aspectos: cristão e muçulmano.

Os livros III e IV são os de maior interesse para o leitor. Também são os mais desenvolvidos. Justifica-se tal feitio no trabalho de Valdeavellano, seja por sua especialização em História Medieval, seja pela situação particularíssima da Península Ibérica dos séculos VIII ao XV, a qual influenciou, de modo indelével, todo seu processamento institucional, social e cultural até, praticamente, os dias atuais.

No livro III, depois de focar o estabelecimento dos Visigodos na Ibéria, portadores de estruturas germano-romanizadas, passa a apresentar a formação do Estado hispano-godo, após a aglutinação de um novo elemento resultante da conversão de Recaredo ao Catolicismo em 587: nova visão política definida pelos cânones conciliares.

"La tradición germánica y la romana del Bajo Imperio, influidas por las concepciones de la Iglesia, hicieron del Estado hispano

-godo una comunidad política que no puede caracterizarse como una forma de Estado popular ni despótico, sino que participó de ambas en cuanto el pueblo no carecía por completo de intervención en la vida del Estado. Sin embargo, la autoridad del Estado, encarnada en el Monarca y concentrado su ejercicio en la persona del Rey, tendía a ser absoluta, conforme el modelo del Bajo Imperio, sin llegar a serlo por las limitaciones que imponían las reglas morales y jurídicas". (p. 186, 187).

O autor apresenta a formação desse Estado, abordando as mudanças no Direito privado e público, nos caminhos seguidos pela Economia e nas novas relações sociais, chegando a apontar certas manifestações pré-feudais. Destaca também, as assembléias políticas — remanescentes de tradições germânicas — e os Concílios de Toledo, e o modo como assistiram aos reis hispano-godos em seus poderes legislativos e nos assuntos de governo.

Finalmente, no livro IV, o autor dá particular ênfase às Instituições da Espanha cristã, já que sua evolução foi, acima de tudo, reflexo de uma nova realidade que surgia: um espírito de Cruzada, aliado ao desejo de restauração das tradições hispano-góticas, juntamente com as preocupações pela consolidação das conquistas territoriais com novas formas de povoamento. Desta maneira, desfilam ante nós o apresamento da península pelos árabes; a reconquista asturiana, com seus avanços e recuos; as divisões internas e outras circunstâncias que, ao longo dos anos, acabaram por favorecer o fracionamento da velha Hispânia em vários Estados. O autor trata, acuradamente também, da vida econômica e da questão do povoamento, as quais, dadas as especiais condições históricas, redundaram num regime político diferente do resto da Europa Ocidental — um regime mais senhorial que feudal. Distinções entre os dois regimes encontram-se muito bem explicitadas às páginas 364 e 365. Conforme o autor, elas se baseiam em diferenciações das razões do vínculo pessoal e na sustentação da noção de Estado.

Valdeavellano prossegue, apresentando as Instituições da Baixa Idade Média com a passagem do Estado senhorial para o Estado estamental, ocasião em que ele nos fornece uma explicação de "estamento" tanto em seu significado etimológico como vivencial.

"... el Estado estamental se configuró como un *corpus* o corporación que integraban los tres *estados*, *estamentos* o *brazos*...: el estado nobiliario, el eclesiástico y el popular o ciudadano... Estos tres *setados*, según la expresión castellana, o *estaments*, como se decía en Cataluña, eran, pues, en España desde el siglo XIII los integrantes del Reino o Estado y los grupos sociales que, bajo la autoridad del Rey, participaban activamente en el gobierno por medio de sus representantes en las asambleas políticas o Cortes..." (p. 419).

A seguir, são enfocadas as Monarquias da Reconquista, sua textura e carácter assim como todo o processo seguido até a união final das mesmas ao tempo dos Reis Católicos.

A segunda parte do livro IV, dedicado às Instituições da Espanha muçulmana, é pouco extensa, e cuida, principalmente, das existentes nos territórios ocupados pelo Islam. Podemos dizer, tratar-se mais de História árabe, salvo em breves ocasiões quando se refere aos “muladies” e “mozárabes”.

Finalizando, devemos acrescentar que, inexistem notas de rodapé. Isto porque, o fiel discípulo segue sempre ao mestre. Tal proceder foi adotado por Sánchez-Albornoz em sua obra *España, un enigma histórico*, editada em Buenos Aires em 1956 pela Editorial Sudamérica. Sánchez-Albornoz justifica-se numa “Advertência” inserida no mesmo, dizendo que:

“Sua autoridade é mais que suficiente para que ninguém ponha em dúvida seu rigor científico, além de não pretender cansar o leitor com milhares de notas, nem tampouco tornar o trabalho do impressor ainda mais fatigante”.

Embora Sánchez-Albornoz tenha esse direito, esqueceu-se de que, se por um lado tal fato não afetaria a prováveis leitores diletantes, por outro lado iria causar prejuízos numa outra categoria de leitores: mais científicos e interessados em aprofundar os estudos sobre o assunto.

O Prof. Valdeavellano compensa essa grande lacuna com freqüentes opiniões de outros autores. Mais ainda, foi pródigo em inserir no texto expressões e palavras latinas e árabes, centenas delas, às quais acrescentou sistematicamente sua tradução ou explicação, tornando a leitura extremamente compreensível, e reforçando desse modo o aspecto didático. O livro é, pois, recomendável, pelo tratamento sério e pela clareza com que o autor apresenta os inúmeros itens, que compõem sua História das Instituições espanholas.

SARA OZORES VALLEJO.

*

* *

BOUTRUCHE (Robert). — *Seigneurie et Féodalité*. Volumes 1 “le premier âge des liens d’homme à homme” e 2 “l’Apogée (XIe.-XIIIe. siècles)”. Collection historique. Paris, Aubier — Éditions Mouton, 1968 (1a. ed.: 1959) e 1970. 480 e 552 páginas “in-16°” (14 x 19 cm), respectivamente.

Depois de acentuar o quanto as relações feudo-vassálicas e o regime senhorial foram estudados e de indicar vários exemplos de historiadores de várias épocas e países que se salientaram no seu exame, o Autor escreve: